

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 015/2025 - MPSP
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 008/2025 - MPPA
(SEI MPSP nº 29.0001.0161187.2024-40)**

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR ELENCADAS.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (MPPA), pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.054.960/0001 -58, com sede na Rua João Diogo, n.º 100, bairro Cidade Velha, CEP 66.015-160, Belém/PA, representado neste ato pelo Procurador-Geral de Justiça, **Dr. ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO**, e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (MPSP)**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.468.760/0001-90, com sede na Rua Riachuelo, n.º 115, São Paulo, CEP: 01.007-904, Telefone: (11) 3119-9000, E-mail: protocologeral@mpsp.mp.br, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **Dr. PAULO SERGIO DE OLIVEIRA E COSTA**, inscrito no CPF/MF sob nº ***.538.828.**.

RESOLVEM celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, sujeitando os partícipes às disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133, de 21 de junho de 1993, e no Decreto do Estado do Pará n.º 3.302/2023, e suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Cooperação Técnica, o qual existirá sem repasse de recursos financeiros, tem por objeto a cooperação técnica para promover acesso e intercâmbio de dados, informações e conhecimentos existentes e produzidos pelos partícipes, disponíveis nas suas bases de dados, resguardados os de caráter sigiloso, nos termos da Lei n.º 13.675/2018 e outras legislações e regulamentos específicos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA — DAS FINALIDADES

2.1. A atividade de cooperação visa conferir maior eficiência, integração, agilidade e efetividade à gestão pública e atuação institucional dos partícipes.

2.1.1. Por meio deste Termo de Cooperação Técnica os partícipes se comprometem a:

a) Fomentar uma comunidade de inteligência para assessoramento no processo de tomada de decisão, identificando eficientemente ameaças e oportunidades a serem exploradas principalmente no enfraquecimento de organizações criminosas e adjacentes.

b) Fomentar a atuação conjunta, dentre outros mecanismos, por meio da realização de operações integradas.

c) O intercâmbio de tecnologias, dados, informações e conhecimentos busca fortalecer a ação coordenada de combate à criminalidade, essencialmente a organizada, e à corrupção, nos casos de crimes contra a Administração Pública.

d) A cooperação aqui tratada diz respeito à transferência de tecnologias, dados, informações e conhecimentos, mediante acesso a sistemas próprios e outros que os partícipes obtenham por meio de instrumento de cooperação e afins, resguardada a política devida de confidencialidade.

e) As formas de acesso aos sistemas e às informações, bem como os meios e a periodicidade das extrações de dados serão definidos em comum acordo entre as áreas técnicas das instituições, conforme plano de trabalho em anexo; e

f) Os dados constantes das bases objeto deste Termo de Cooperação Técnica poderá ser utilizados por meio de soluções informatizadas adotadas para fins do desempenho das funções institucionais dos partícipes, assim como para atividades de planejamento e ações conjuntas entre os próprios partícipes ou entre estes e os órgãos de controle com os quais mantenham Termo de Cooperação Técnica com previsão de realização de trabalhos conjuntos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA — DAS OBRIGAÇÕES

3.1. Compete aos partícipes:

a) Disponibilizar entre si acesso e intercâmbio recíproco a tecnologias, aos seus bancos de dados, informações e conhecimentos, resguardados os que possuem caráter sigiloso, com meios, ferramentas, recursos tecnológicos e operacionalização definidos pelo plano de trabalho;

b) Proceder à liberação, ao cancelamento e ao controle dos logins e senhas às ferramentas previstas no objeto deste Termo de Cooperação Técnica, bem como ministrar treinamento;

c) Disponibilização de tecnologias e dados sobre pessoas físicas e jurídicas, que interessem ao atendimento das finalidades deste instrumento, para consulta dos partícipes por meio de transmissão digital institucional, nuvem institucional ou coleta por mídia criptografada;

d) Manter o sigilo de todas as informações e dados disponibilizados por meio do presente instrumento;

e) Definir, mediante plano de trabalho, o perfil de usuários para acesso aos dados, informações e conhecimentos objetos deste instrumento, além do setor responsável em cada uma das instituições partícipes;

f) Fornecer semestralmente a relação dos membros e servidores autorizados a acessar os sistemas e utilizar o conjunto de informações; e

g) Responsabilizar-se pela utilização das informações, as quais deverão atender somente ao fim proposto Termo de Cooperação Técnica e à atuação institucional das partes.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS E DAS FORMAS DE COOPERAÇÃO

4.1. Para execução deste Termo de Cooperação Técnica cada partícipe, para o cumprimento de suas obrigações, utilizará recursos financeiros, humanos e materiais próprios, que viabilizem o acesso e intercâmbio de dados, informações e conhecimentos constantes do

objeto do presente instrumento.

4.2. A cooperação firmada consistirá em intercâmbio de tecnologias, informações e acesso às bases de dados entre os partícipes, observadas as seguintes condições:

4.2.1. Se por webservice, os partícipes deverão disponibilizar os meios de acesso e visualização ao sistema de interesse.

4.2.2. Se por meio de comunicação eletrônica (e-mail), ocorrerá obrigatoriamente por endereços oficiais (institucionais), portanto, auditáveis e armazenados em servidores próprios.

4.2.3. Se por meio de bases integradas, caso desejem os partícipes, deverá ser celebrado, instrumento próprio de cooperação.

4.3. Realizar-se-ão trabalhos conjuntos em áreas de interesse comum, observadas normas que disciplinam o planejamento das unidades envolvidas.

4.4. Os partícipes proverão capacitação mútua, por meio de treinamentos, seminários ou outras atividades correlatas que visem a qualificação dos técnicos das atividades envolvidas, para o acesso aos sistemas englobados neste instrumento, em especial no desenvolvimento profissional em atividades de análise de dados, inteligência e combate à corrupção, bem como, na disponibilização de vagas em eventos de mesma natureza, por eles promovidos, observados os critérios de seleção e as vagas existentes.

4.5. Os partícipes poderão compartilhar e desenvolver, em conjunto, metodologias, processos de trabalho e tecnologias específicas da atividade de análise de dados e inteligência

4.6. Os partícipes designarão unidade de sua estrutura organizacional, responsável pela interlocução, execução e articulação das ações decorrentes do Termo de Cooperação Técnica, assim como para dirimir dúvidas ou prestar informações a elas relativas.

4.7. As instituições partícipes deverão adotar providências para que todos os envolvidos nos trabalhos referentes ao objeto deste Termo de Cooperação Técnica conheçam as normas e observem os procedimentos de segurança no tratamento da informação, em especial pela Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, e no Decreto n.º 7.845, de Novembro de 2012.

4.8. Compete a todos os representantes institucionais envolvidos manter o grau de confidencialidade atribuído pelo cedente às informações a que tiverem acesso por força deste instrumento, conforme legislação em vigor e respectiva regulamentação interna.

4.9. As instituições partícipes se comprometem a guardar sigilo dos dados e informações postos à disposição, utilizando-os, exclusivamente, em processo formalmente constituído ou por meio de solução informatizada desenvolvida para fins de exercício de suas funções.

4.10. Todos os partícipes devem cumprir regras e rotinas estabelecidas pelo cedente para fins de credenciamento e autorização de acesso às bases de dados abrangidos por este instrumento.

4.11. As instituições partícipes deverão exigir, para fins de credenciamento e autorização de acesso às bases de dados abrangidos por este Termo de Cooperação Técnica, o preenchimento de Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo - TCMS, conforme art.18 do Decreto n.º 7.845, de 14/11/2012 ou documento equivalente.

4.12. Todas as habilitações e desabilitações de usuários para acesso aos sistemas ou às bases a que se refere este Termo serão imediatamente informadas às demais instituições

partícipes da presente cooperação, providenciada pelo setor designado como responsável no plano de trabalho.

4.13. As instituições partícipes deverão comunicar ao cedente qualquer dúvida ou observação a respeito de imprecisões ou indícios de inconsistências nas informações acessadas; e

4.14. Os partícipes adotarão outras providências a seu cargo, que se fizerem necessárias à execução do presente instrumento de cooperação.

5. CLÁUSULA QUINTA- DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI N.º 13.709/2018

5.1. Os dados obtidos pelos partícipes somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de Termo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.2. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.3. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução do instrumento para finalidade distinta daquela do objeto da avença, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

5.4. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, em especial, os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis - repassados em decorrência da

execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento.

5.5. É dever dos partícipes orientarem e treinar seus integrantes sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.6. Os partícipes deverão exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.7. O partícipe poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Conveniada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

5.8. Os partícipes deverão prestar, no prazo fixado, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.9. Os bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

5.12. As partes se comprometem, mediante Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo (TCMS), a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis — repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

6.1. Os partícipes deverão acompanhar e fiscalizar as ações relativas ao objetivo da presente cooperação por intermédio do(s) seu(s) representante(s) e de acordo com o estabelecimento e plano de trabalho.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

7.1. O presente Termo de Cooperação Técnica terá vigência de 05 (cinco) anos, contados da data da publicação do instrumento no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogado a critério da Administração.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

8.1. As alterações no Termo de Cooperação Técnica serão formalizadas mediante proposta de qualquer das partes e deverão ser apresentadas, no mínimo, 30 (trinta) dias úteis antes do término da vigência do Termo de Cooperação Técnica, observada a exceção contida no § 1º, do artigo 29 do Decreto Estadual n.º 3.302/2023.

9. CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA, DA RESCISÃO E DA EXTINÇÃO

9.1. O presente Termo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser denunciado, rescindido ou extinto nas seguintes situações:

9.2. Denunciado a qualquer tempo, mediante notificação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias úteis, por desistência de qualquer um dos partícipes, hipótese em que ficarão responsáveis somente pelas obrigações e auferirão as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente do Termo de Cooperação Técnica, não admitida cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora aos denunciantes;

9.3. Rescindido por: a) inadimplemento de qualquer uma de suas cláusulas; b) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou de incorreção de informação em qualquer documento apresentado;

9.4. O termo de Cooperação poderá também ser extinto, na hipótese de não serem cumpridas as condições suspensivas nos prazos estabelecidos no instrumento.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS

10.1. Os casos omissos do presente Termo de Cooperação Técnica em virtude serão

supridos de comum acordo entre os partícipes podendo ser firmados, se necessário, termos aditivos que farão parte deste ajuste.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS HUMANOS

11.1. As ações e atividades realizadas em virtude do presente Termo de Cooperação Técnica não implicarão cessão de servidores, tampouco acarretarão alteração de seu vínculo funcional com o órgão ou instituição de origem, o qual deverá arcar com todos os encargos de natureza funcional, trabalhista, previdenciária, fiscal e securitária dele decorrentes.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12.1. A publicação do presente Termo de Cooperação Técnica no Diário Oficial do Estado será providenciada pelo Ministério Público do Estado do Pará no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de sua assinatura, conforme § 5º, do art. 28 da Constituição do Estado do Pará.

12.2. O Ministério Público do Estado de São Paulo publicará, como condição de eficácia, o presente Termo de Cooperação Técnica, por extrato, no Diário Oficial do Estado e no Portal da Transparência, observada a Resolução nº 86, de 21 de março de 2012, do Conselho Nacional do Ministério Público.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Justiça Estadual, comarca de Belém/PA, para dirimir quaisquer dúvidas e ou conflitos decorrentes deste instrumento. E, por estarem de acordo, firma-se o presente instrumento e, 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

São Paulo, na data da assinatura.

ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA E COSTA
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Testemunhas:

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 015/2025 - MPSP
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 008/2025 - MPPA

PLANO DE TRABALHO

1. Dados cadastrais

NOME :MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

SIGLA: MPPA

CNPJ: 05.054.960/0001-58

ENDEREÇO: RUA JOÃO DIOGO, 100 BAIRRO: CIDADE VELHA

CEP: 66.015-160

MUNICÍPIO: BELÉM

UF/ PAÍS: PARÁ

DDD: 91 **TELEFONE:** 4006-3400

HOME PAGE: <http://www.mppa.mp.br/>

E-MAIL: protocolo@mppa.mp.br

NOME: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SIGLA: MPSP

CNPJ: 01.468.760/0001-90

ENDEREÇO: Rua Riachuelo, 115-São Paulo.

BAIRRO: Centro

CEP: 01.007-904

MUNICÍPIO: SÃO PAULO

UF/ PAÍS: SP

DDD: 11 **TELEFONE:** 3119-9000

EMAIL: protocologeral@mpsp.mp.br

2. Objeto:

Promover acesso e intercâmbio de tecnologias, dados, informações e conhecimentos existentes e produzidos pelos participantes, disponíveis nas suas bases de dados, resguardados os de caráter sigiloso, nos termos Lei nº 13.675/2018 e outras legislações e regulamentos específicos.

3. Metas (objetivos específicos)

Conferir maior eficiência, integração, agilidade e efetividade à gestão pública e atuação institucional de todos os partícipes. - Transferir tecnologias, dados, informações e conhecimentos para fortalecer a atuação coordenada de combate à criminalidade, essencialmente a organizada, e à corrupção, nos casos de crimes contra a Administração Pública. - Fomentar uma comunidade de inteligência entre os partícipes, para assessoramento no processo de tomada de decisão, identificando eficientemente ameaçadas e oportunidades a serem exploradas no enfraquecimento de organizações criminosas e, especificamente, em

relação a crimes contra a Administração Pública e Administração da Justiça.

- Fomentar a atuação conjunta, dentre outros mecanismos, por meio da realização de operações integradas. - Transferência de tecnologias, dados, informações e conhecimentos, mediante acesso a sistemas próprios e outros que os partícipes obtenham por meio de instrumentos de cooperação afins, resguardada a política devida de confidencialidade. - Construir acesso aos sistemas e às informações, bem como meios e a periodicidade das extrações de dados, que serão definidos em comum acordo entre as áreas técnicas das instituições, conforme Plano de Trabalho.

4. Objetivo / resultados esperados :

A meta a ser atingida é o efetivo compartilhamento de tecnologias e informações constantes em bases de dados e intercâmbio contínuo de conhecimentos especializados, durante a vigência do Termo de Cooperação Técnica.

5. Plano de aplicação dos recursos financeiros e cronograma de desembolso :

A execução do presente Plano de Trabalho não implica transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

6. Previsão de execução do objeto: A partir da assinatura do respectivo Termo de Cooperação Técnica, a execução do objeto dar-se-á por elaboração de Plano de Trabalho Específico às solicitações de cada usuário de bases de dados e terá vigência pelo prazo de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado a critério da Administração.

São Paulo, na data da assinatura.

ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA E COSTA
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Documento assinado eletronicamente por **Fabício José Barroso Saldanha registrado(a) civilmente como Alexandre Marcus Fonseca Tourinho, Usuário Externo**, em 12/06/2025, às 15:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei Federal 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Sergio de Oliveira e Costa, Procurador-Geral de Justiça**, em 23/07/2025, às 16:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei Federal 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [neste site](#), informando o código verificador **15163238** e o código CRC **37ED33CA**.
